



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

REAPLICAÇÃO

CONSULTOR LEGISLATIVO

ÁREA X – AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- 2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Conhecimentos Específicos

1

O Programa de Regularização Ambiental (PRA) é um conjunto de ações e iniciativas que devem ser desenvolvidas por proprietários e/ou possuidores rurais para regularizar a situação ambiental de suas propriedades. O PRA é uma exigência do Código Florestal Brasileiro e tem como objetivo promover a regularização ambiental de imóveis rurais, por meio da recuperação de áreas degradadas e da conservação de áreas de preservação permanente e reserva legal. A adesão ao PRA é feita após a inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e pode trazer vantagens para os proprietários, como a possibilidade de compensação da reserva legal em diferentes modalidades.

Com o PRA é possível

- (A) a regularização ambiental mediante recuperação, recomposição, regeneração ou compensação (exclusiva para Reserva Legal) de passivo ambiental que ocorreu até 22 de julho de 2008.
- (B) a compensação de qualquer passivo ambiental que ocorreu até 22 de julho de 2008.
- (C) a regularização ambiental de passivo ambiental ocorrido até 22 de julho de 2008.
- (D) a inscrição do CAR sem qualquer restrição ou comprometimento, caso haja desmatamento anterior ao ano de 2008.
- (E) compensar áreas de preservação permanente (APP's) em outra localidade desde que no mesmo bioma.

2

A agroindústria brasileira tem buscado cada vez mais aplicações para o biogás, uma fonte de energia renovável produzida a partir de resíduos orgânicos. Essa utilização do biogás na agroindústria brasileira apresenta um potencial significativo tanto do ponto de vista energético quanto ambiental.

O principal método de produção do biogás é

- (A) Reação de Fischer-Tropsch.
- (B) Fermentação acética.
- (C) Digestão anaeróbica.
- (D) Ciclo de Calvin-Benson.
- (E) Desintegração termofílica.

3

A Portaria MDA nº 23/2010 estabelece que são passíveis de regularização fundiária as terras

- (A) reservadas à administração militar federal e a outras finalidades de utilidade pública ou de interesse social a cargo da União.
- (B) tradicionalmente ocupadas por população indígena.
- (C) de florestas públicas, nos termos da Lei nº 11.284, de 2006, de unidades de conservação ou que sejam objeto de processo administrativo voltado à criação de unidades de conservação.
- (D) que contenham acessões ou benfeitorias federais.
- (E) devolutas localizadas em faixa de fronteira.

4

As estimativas apontam que o agronegócio em 2023 deve alcançar R\$ 2,60 trilhões, o que corresponderia, aproximadamente, 24,0% do PIB do País, 49% do valor das exportações e 10% dos empregos no Brasil.

O desenvolvimento do agronegócio não está atrelado

- (A) ao desenvolvimento científico-tecnológico e à modernização da atividade rural, aproximando da agricultura 4.0 em diversas regiões do país.
- (B) ao surgimento dos fundos parafiscais, como o FGTS.
- (C) à adoção de programas de sanidade vegetal e animal, que aumentam a produtividade.
- (D) ao desenvolvimento e à expansão de máquinas e implementos agrícolas, aumentando a produtividade do trabalho.
- (E) aos fundos de investimentos do agronegócio, ao Certificado de Depósito Agropecuário e ao Warrant Agropecuário que ampliam a oferta de crédito para o empresário rural.

5

Segundo previsão da CONAB (07/12/2023) a produção de milho da safra 2023/24 deverá ser de 118,53 milhões de toneladas. A da soja deverá ser de 160,2 milhões de toneladas e a do trigo, 8,1 milhões de toneladas. A agricultura no Brasil sempre foi uma das principais bases da economia do país.

A alta da atividade agrícola no Brasil pode ser justificada pela

- (A) ampliação da mão de obra disponível, em decorrência do aumento da população brasileira em números absolutos.
- (B) doação de terras devolutas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a partir de políticas governamentais vinculadas à reforma agrária.
- (C) forte presença da agricultura familiar, onde os trabalhadores, membros da família, se dedicam à policultura de subsistência.
- (D) manutenção da tradicional cultura canavieira, em que as oligarquias criaram sucessivos mecanismos de produção.
- (E) proliferação das áreas monocultoras atrelada aos investimentos em implementos agrícolas e consequente aumento da produção.

6

Há diversos fatores que podem gerar desigualdades regionais. Segundo a teoria, no caso brasileiro, assinale a opção que indica uma política que, potencialmente, poderia reduzir as desigualdades regionais.

- (A) A melhora da qualidade das instituições reduziria a desigualdade, independentemente do fato de afetarem a acumulação de capital humano.
- (B) A uniformização do padrão e melhoria do ensino nas diferentes regiões tende a reduzir a desigualdade regional, mas ainda não gerou resultados no Brasil.
- (C) O maior subsídio ao capital em regiões mais pobres visa elevar a produtividade do trabalho e, consequentemente, a renda nessas regiões, o que levaria à redução das desigualdades regionais.
- (D) Aumento do salário-mínimo dos trabalhadores, que levará à convergência de renda sem afetar a economia do país.
- (E) As políticas regionais de melhoria da infraestrutura local acabaram contribuindo fortemente para a redução das desigualdades regionais no Brasil.

7

Os gestores das políticas agrícolas estão sempre alertas a seus efeitos nos preços dos produtos das diversas cadeias produtivas. A grande preocupação é que grande parte da renda dos consumidores brasileiros vai diretamente para o consumo de alimentos.

Em relação ao tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A infraestrutura de transporte, o processamento e o tipo de armazenamento dos produtos não interferem nos preços agrícolas.
- (B) Os preços são sempre mais altos para culturas temporárias do que as perenes, devido às condições específicas para cultivo e processamento.
- (C) Os preços agrícolas são instáveis pois são definidos em função de fatores como a demanda por produtos diretamente relacionados com a produção agrícola, a alocação de recursos, a tomada de decisões, a distribuição de renda e a formação de capital.
- (D) Quando os recursos naturais são esgotados, como a fertilidade do solo, estes valores não devem ser contabilizados no preço final das culturas.
- (E) Os preços agrícolas são instáveis porque o governo não interfere no mercado.

8

Um gasto público importante na agropecuária, na pesca e na aquicultura vem do crédito rural e serve para expandir as operações, fazer investimentos ou custear a produção e a comercialização dos itens produzidos. Esse tipo de empréstimo é importante porque são setores muito relevantes para o Brasil.

Em relação ao crédito rural no Brasil, avalie se as seguintes afirmativas são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- () As cooperativas de créditos são as principais instituições responsáveis pela concessão de crédito rural no Brasil.
- () O crédito rural no Brasil é fornecido exclusivamente por instituições financeiras públicas para financiar atividades agrícolas de pequenos produtores.
- () O principal objetivo do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é fornecer crédito e apoio técnico para fortalecer a agricultura familiar no Brasil.
- () O crédito rural no Brasil é concedido com base em taxas de juros fixas, independentemente das condições do mercado financeiro e do produtor rural.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F – F.
- (B) F – V – F – F.
- (C) V – V – V – V.
- (D) F – F – V – F.
- (E) F – V – V – V.

9

O Plano Safra 2023/2024 incentiva o fortalecimento dos sistemas de produção ambientalmente sustentáveis. Serão premiados os produtores rurais que já estão com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) analisado e também aqueles produtores rurais que adotam práticas agropecuárias consideradas mais sustentáveis. O Plano oferece linhas de crédito desde os agricultores familiares até os grandes produtores.

O crédito destinado à agricultura familiar inclui o seguinte programa específico:

- (A) P1MC.
- (B) Minha Casa Minha Vida.
- (C) Pronatec.
- (D) Pronaf.
- (E) PAA.

10

As fontes de financiamento do crédito rural são de recursos específicos que podem ser recursos controlados, aqueles de caráter obrigatório, ou seja, financiamentos de cunho público. Entre eles estão os investimentos operações de crédito, sob supervisão do Ministério da Fazenda; crédito rural, quando sujeito à subvenção da União; recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); o uso da poupança rural com a finalidade de financiar o custeio ou de comercialização; os fundos constitucionais de financiamento regional; e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

Das afirmações a seguir, referentes aos fundos constitucionais, assinale a correta.

- (A) Os Fundos Constitucionais são programas de financiamento previstos pela Constituição Federal que têm como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social de todas as regiões brasileiras.
- (B) Os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): parcela de recursos tributários da União são destacados para implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País.
- (C) Atualmente, os recursos que compõem esses Fundos correspondem a 5% do produto da arrecadação do IPI e IR; além disso, compõem os recursos desses Fundos os retornos e resultados de suas aplicações, o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial e as disponibilidades dos exercícios anteriores.
- (D) Os Fundos Constitucionais podem ser considerados como um dos principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) visando, sobretudo, a contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões do país, por meio de instituição financeira federal de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.
- (E) Os limites de financiamento e prazos para utilização dos recursos dos fundos constitucionais variam de 90% a 100% de acordo com o porte/tipologia, a finalidade e o espaço geográfico onde será instalado o empreendimento.

11

É sabido que o agronegócio constitui uma atividade muito importante no Centro-Oeste do Brasil. Uma das fontes de financiamento das atividades agropecuárias dessa região é o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Assinale a afirmativa correta acerca dessa fonte de financiamento.

- (A) É direcionado apenas para os grandes produtores que desejam iniciar, ampliar, modernizar ou realocar seus empreendimentos e que se concentram no Centro-Oeste.
- (B) Proporciona, com condições diferenciadas, aos empreendedores, benefícios como taxas de juros mais baixas que as do mercado, prazo de pagamento mais longo e carência maior; 50 milhões é o valor máximo financiado pelo Fundo.
- (C) Para solicitar o financiamento por meio do FCO, o produtor rural ou empresário deve desenvolver suas atividades nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e no Distrito Federal ou em outros estados, desde que a sede dos negócios esteja na Região Centro-Oeste.
- (D) De acordo com a Lei nº 7.827, de 1989, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), estabelecer as Diretrizes e Orientações Gerais para a aplicação dos recursos do FCO, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).
- (E) Para obter financiamento com recursos do Fundo os produtores devem apresentar suas propostas ao Banco do Brasil S/A que é a instituição financeira responsável pela FCO.

12

Dos seguintes corretivos, assinale o que é mais adequado para neutralizar a acidez do solo em uma cultura de plantas sensível ao alumínio tóxico.

- (A) Calcário dolomítico.
- (B) Gesso agrícola.
- (C) Calcário calcítico.
- (D) Óxido de cálcio.
- (E) Óxido de magnésio.

13

Em uma propriedade rural onde a rede elétrica não está disponível, uma possibilidade de geração de energia que é uma alternativa renovável e não intermitente é o uso de

- (A) turbina eólica.
- (B) energia solar *on-grid*.
- (C) gerador a diesel.
- (D) minicentral termoeletrica.
- (E) painéis solares no sistema *off-grid*.

14

No Brasil tem-se observado a busca de crédito no agronegócio por meio de novos instrumentos de financiamento. Esta busca tem sido feita a recursos financeiros no âmbito privado.

Em relação ao tema, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A Cédula de Produtor Rural (CPR) é um título de crédito com garantia real. Trata-se de penhora rural ou mercantil, emitida para facilitar a comercialização de produtos. Criada pela Lei nº 8.829/1994 (alterada pela Lei nº 10.200, de 14 de fevereiro de 2001), representa um marco importante do desenvolvimento do sistema de financiamento privado do agronegócio. A CPR tem as modalidades física (há promessa da entrega de produtos) e financeira (não prevê entrega física do produto rural, mas a liquidação financeira da CPR, o valor para pagamento, se verifica através da multiplicação da quantidade pelo preço).
- () O Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) é um título de crédito nominativo, de livre negociação e representativo de promessa de pagamento em dinheiro, vinculado a direitos creditórios originários de negócios realizados entre cooperativas e associações. O CDCA tem a emissão exclusiva por cooperativas agropecuárias, sendo vedada a pessoas jurídicas.
- () A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é um título de livre negociação e garante pagamento em dinheiro. Pode ser emitida apenas por instituições financeiras públicas e privadas, em forma de escritura, CDR, duplicatas e notas promissórias rurais. O valor da LCA será sempre igual ou inferior ao valor dos direitos creditórios vinculados a ela, que ainda dá o direito de penhor sobre os direitos creditórios vinculados.
- () O Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) é nominativo, livre negociação; garante pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial. A emissão de CRA é exclusiva para companhias de seguro rural. Elas realizam operações que transformam ativos com baixa liquidez em valores mobiliários líquidos e aptos à negociação no mercado. Conforme a Lei nº 11.076/2004, devem estar vinculados aos direitos creditórios de negócios realizados exclusivamente entre produtores rurais.
- () O Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (FIAGRO) é a união de recursos de vários investidores para a aplicação em ativos de investimentos do agronegócio. Não importa se são de natureza imobiliária rural ou de atividades relacionadas à produção do setor. Com ele, o produtor rural pode ter acesso a linhas de crédito de forma mais rápida e condições mais acessíveis. Além disso, ele ainda conseguirá financiar produção e investir em melhorias. Isso fará com que ele aumente sua produtividade e seus lucros.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V – V – F.
- (B) F – V – F – V – V.
- (C) V – V – V – F – F.
- (D) F – F – F – V – V.
- (E) V – F – V – F – V.

15

Em relação ao crédito rural no Brasil, avalie se as seguintes afirmativas são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Na modalidade de financiamento rural para comercialização os recursos são destinados, isoladamente, ou como extensão do custeio, a cobrir despesas próprias da fase sucessiva à coleta da produção, sua estocagem, transporte ou à monetização de títulos oriundos da venda pelos produtores.
- () O médio produtor rural possui condições diferenciadas no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) para custeio iguais às do Pronaf.
- () O crédito rural no Brasil é concedido com base em taxas de juros fixas, independentemente das condições do mercado financeiro e das modalidades do financiamento.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – V.
- (D) V – F – F.
- (E) F – V – V.

16

Vários fatores, entre eles os climáticos e as oscilações de preços internacionais, podem comprometer a renda e a estabilidade financeira das empresas rurais. Em muitos casos os empresários são obrigados a renegociar suas dívidas e, como acontece com as empresas urbanas, recorrem à possibilidade de recuperação judicial.

Segundo a Lei nº 14.112/20, as seguintes afirmativas acerca do processo de recuperação judicial de produtores rurais, estão corretas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) As obrigações vinculadas à CPR não são suspensas pela recuperação judicial, permitindo que o credor force o cumprimento da entrega da safra quando a liquidação do título for em produto.
- (B) Créditos não relacionados com a atividade rural ou não escriturados na contabilidade são excluídos. Somente os créditos exclusivamente decorrentes da atividade rural e devidamente documentados na contabilidade poderão ser incluídos no processo de recuperação.
- (C) Dívidas contraídas para aquisição de propriedades rurais nos três anos anteriores ao pedido de recuperação judicial não estão incluídas no processo.
- (D) Créditos renegociados antes do pedido de recuperação judicial são excluídos. Qualquer crédito rural renegociado antes do pedido de recuperação não está sujeito à recuperação judicial.
- (E) Créditos referentes a adiantamento de contrato de câmbio para exportação são abrangidos pela recuperação judicial.

17

O Brasil subiu cinco posições no Índice Global de Inovação (IGI), ranking que avalia as economias mais inovadoras do mundo. Em 2023, o Brasil ficou em 49º lugar entre 132 países, sendo o primeiro colocado na América Latina e Caribe. É altamente reconhecida a importância da pesquisa e da inovação relacionadas ao agronegócio.

A introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado, no que concerne a suas características ou usos previstos, configura inovação

- (A) de processo.
- (B) organizacional.
- (C) de marketing.
- (D) de produto.
- (E) de fixação de preços.

18

O Programa de Garantia de Preço para a Agricultura Familiar (PGPAF) é um programa do Governo Federal que garante aos agricultores familiares que têm financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) a indexação do financiamento a um preço de garantia igual ou próximo do custo variável de produção e nunca inferior ao estabelecido na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O objetivo principal do programa é assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo Pronaf.

Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- (A) No caso de culturas permanentes, os preços de garantia são indexados aos custos totais de produção.
- (B) Os agricultores e produtores rurais com operações de crédito de custeio e investimento agropecuário contratadas no âmbito do Pronaf, têm direito a bônus de desconto sempre que o preço de comercialização do produto financiado estiver abaixo do preço de garantia vigente no âmbito do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).
- (C) Para o financiamento de uma operação de investimento que não possuir um produto principal que responda por, no mínimo, 15% da renda para pagamento da operação, o agricultor poderá ter o bônus calculado conforme uma cesta de produtos que tenha como base o bônus dos produtos feijão, milho, leite, mandioca, com participação de 25% cada, na composição da cesta.
- (D) O bônus de desconto do PGPAF será concedido quando se tratar de operações contratadas no Pronaf Agroindústria e no Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar.
- (E) Por se tratar de necessidade de reflorestamento, o bônus de desconto do PGPAF será concedido quando se tratar de operações contratadas Pronaf Floresta.

19

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), administrado pelo Banco Central do Brasil, foi instituído por meio da Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, e visa a exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam as lavouras.

Em relação ao Proagro, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Proagro possui uma modalidade de ação que atende a todos os produtores. As normas que regulamentam o programa são aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
- (B) As agências do Banco do Brasil são os agentes do Proagro que fazem funcionar o programa. São as agências as responsáveis por contratar e enquadrar os empreendimentos (lavouras) no programa, receber a comunicação de perdas feita pelo produtor, acionar os peritos para fazer a comprovação de perdas e calcular a indenização.
- (C) Os eventos indenizáveis desde que a lavoura já tenha emergido na área enquadrada no programa são: seca, exceto em lavouras irrigadas; chuva excessiva, geada ou granizo; variação excessiva de temperatura; ventos fortes ou frios; e doença ou praga sem método conhecido e economicamente viável de combate, controle ou prevenção.
- (D) Os eventos ocorridos em lavouras irrigadas não são indenizáveis.
- (E) Em lavouras temporárias o amparo do Proagro começa com o transplante ou emergência da planta no local definitivo e termina com o fim da colheita ou o fim do período de colheita recomendado para a cultura contratada, o que acontecer primeiro.

20

A formação de preços dos produtos do agronegócio segue, basicamente, as mesmas leis de mercado dos demais bens e serviços produzidos nos outros setores da economia. Alguns produtos, entretanto, possuem peculiaridades que concorrem para a sua formação de preços.

Em relação às peculiaridades de certos produtos do agronegócio, considere as afirmativas a seguir.

- I. Em caso de produção sazonal, os produtos precisam ser armazenados em alguns meses durante o ano, garantindo assim um abastecimento adequado para o mercado, tanto na safra como na entressafra.
- II. Produtos geralmente perecíveis fazem diminuir o tempo disponível para sua comercialização, sobretudo se mantidos em baixas temperaturas.
- III. Produtos apresentados na forma bruta precisam, muitas vezes, ser processados antes da venda aos consumidores finais.
- IV. Para conseguir melhores preços para seus produtos, alguns produtores rurais investem na embalagem, nos serviços e em outros elementos agregadores de valor.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

21

Avalie se o termo “segurança alimentar e nutricional”, de acordo com a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional, Lei nº 11.346/2016, art. 4, abrange os seguintes itens:

- I. a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda.
- II. a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos.
- III. a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população.
- IV. a implementação de políticas públicas e de estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do país.
- V. o estímulo a práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica, racial e cultural da população.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e V, apenas.
- (B) I, III, IV e V, apenas.
- (C) II, III, IV e V, apenas.
- (D) I, II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

22

A política de garantia de preços mínimos (PGPM) existente no Brasil desde os meados da década de 60. A cada safra dos produtos amparados pela PGPM, são produzidos normativos que explicitam os detalhes de como cada produto agrícola será tratado nos instrumentos de política agrícola.

A PGPM tem como principal objetivo

- (A) promover a substituição de importações de produtos agrícolas.
- (B) impedir o êxodo rural e a importação de alimentos.
- (C) a redução do risco associado à volatilidade dos preços agrícolas.
- (D) a redistribuição da renda por meio da redução do preço dos alimentos.
- (E) promover a exportação de produtos agrícolas.

23

Um programa conjunto da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), criado em 1963, com o objetivo de estabelecer normas internacionais na área de alimentos, incluindo diretrizes, padrões de produtos e códigos de boas práticas é conhecido como

- (A) Codex alimentus.
- (B) Codex nutriens.
- (C) Codex alimentarius.
- (D) Codex culinaris.
- (E) Codex agriculture.

24

A Lei nº 8.171, de 1991, dispõe sobre a política agrícola. No que se refere aos estoques agrícolas, avalie se esta lei estabelece que

- I. as Secretarias de Agricultura de cada estado deverá informar ao Ministério da Agricultura e Pecuária o volume dos estoques públicos e privados, reguladores e estratégicos, discriminados por produtos, tipos e localização.
- II. cada estado formará, localizará adequadamente e manterá estoques reguladores e estratégicos, visando garantir a compra do produtor, na forma da lei, assegurar o abastecimento e regular o preço.
- III. os estoques reguladores, de responsabilidade dos estados, devem contemplar, prioritariamente, os produtos básicos e devem ser adquiridos preferencialmente de organizações associativas de pequenos e médios produtores.
- IV. as vendas dos estoques públicos serão realizadas através de leilões em bolsas de mercadorias, ou diretamente, mediante licitação pública.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

25

Em termos gerais, as cadeias produtivas do agronegócio apresentam instabilidades que são consequências de riscos climáticos e flutuações de preços decorrentes de fatores internacionais e nacionais, especialmente no desequilíbrio da oferta e demanda dos produtos. Uma alternativa importante para a diminuição de riscos de preços atualmente usada pelos agentes do agronegócio é o mercado futuro e de opções.

Com relação aos mercados futuros e de opções agropecuários, analise as afirmativas a seguir.

- I. Este mercado tem grande potencial no Brasil por potencializar os produtos agropecuários que são de difícil padronização, já que garante a redução do risco de preço, bem como do risco de compra ou venda do produto em data preestabelecida. Trata-se, pois, de um instrumento que permite o empresário planejar melhor suas atividades.
- II. Contrato futuro é um derivativo negociado no mercado futuro. Um contrato futuro é uma obrigação, legalmente exigível, de entregar ou receber uma quantidade de mercadoria, de qualidade preestabelecida, pelo preço ajustado no pregão.
- III. Hedging é o ato de assumir uma posição de segurança no mercado de futuros, contra flutuações de preço no mercado físico. Ou seja, hedge é uma ferramenta de proteção contra grandes variações de preços dos ativos para a compra ou venda futura.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

26

Em relação ao mercado interno e externo de insumos e produtos agropecuários, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A indústria química tem na Ásia sua principal fonte de matéria prima; 60% dos insumos químicos e ativos vêm da China e da Índia, e qualquer desequilíbrio poderá gerar consequências no Brasil, redução de produção, aumento de preços, fechamento de fábricas, dentre outros.
- II. A consolidação dos agricultores aconteceu nas últimas duas décadas, pois jovens agricultores mais empreendedores estão surgindo, são mais abertos ao uso de tecnologias e são mais informados.
- III. Programas de sustentabilidade e descarbonização são adequados para operações maiores e que exigem requisitos agronômicos mais complexos. A questão em discussão se refere ao nível de escala que deve ser alcançado para garantir a viabilidade das empresas no longo prazo.
- IV. A pauta brasileira para o agronegócio inclui, do lado oficial: crescimento da pesquisa, planejamento setorial e metas nacionais. Do lado do agricultor: aumento da produtividade, redução dos seus custos, aperfeiçoamento da comercialização e redução dos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

27

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é o foro multilateral responsável pela regulamentação do comércio internacional. A globalização reforçou a ideia liberal dos mercados, o que faz diminuir gradativamente as barreiras tarifárias. Temos observado, com certa frequência, o surgimento de barreiras não tarifárias e, entre estas, especialmente as barreiras técnicas que se relacionam diretamente com o comércio exterior.

Com referência ao comércio internacional, assinale a afirmativa correta.

- (A) No Brasil, o ponto focal de barreiras técnicas às exportações é a ANS.
- (B) As barreiras técnicas constituem tema frequente na agenda do Itamaraty apenas em reuniões e acordos bilaterais.
- (C) As barreiras técnicas não podem ser consideradas como entraves comerciais, pois o seu principal objetivo é garantir o comércio de produtos de qualidade e proteção do meio ambiente ou a saúde pública do país.
- (D) As barreiras técnicas ao comércio são regulamentos técnicos, normas e procedimentos de avaliação da conformidade que, ao variarem de país para país, podem aumentar os custos associados ao comércio e reduzir os ganhos potenciais das transações comerciais entre importadores e exportadores.
- (E) As barreiras tarifárias servem basicamente para classificar a qualidade dos produtos que adentram o território nacional, especialmente com riscos à saúde pública.

28

Se uma empresa exporta um produto a um preço inferior ao preço normalmente cobrado em seu mercado interno, diz-se que o produto está sofrendo *dumping*.

Em relação à prática de *dumping* e às medidas de salvaguarda previstas no Acordo *Antidumping* (Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do GATT 1994), assinale a opção correta.

- (A) O *antidumping* é uma medida unilateral, aplicada pela OMC, ao cobrar um imposto extra sobre um determinado produto e/ou sobre uma empresa de um determinado país exportador com o intuito de tornar o seu preço mais próximo do “valor normal” ou de remover o dano aos produtos similares da indústria doméstica no país importador.
- (B) As medidas de salvaguarda visam à defesa da indústria e da produção doméstica em face do avanço de exportações de mercadorias em patamar de valores inferiores aos do produtor nacional, não sendo necessária a investigação prévia pela OMC para a aplicação de tais medidas.
- (C) Em determinadas circunstâncias críticas, é possível a aplicação de medida de salvaguarda provisória, com duração máxima de duzentos dias, podendo ser suspensa por decisão interministerial antes do prazo final estabelecido.
- (D) Considera-se prática de *dumping* a introdução de um bem no mercado doméstico, exceto sob as modalidades de drawback, a preço de exportação inferior ao valor normal praticado no mercado de origem.
- (E) Para a determinação do dano pela prática de *dumping*, não é necessária a demonstração de nexos causal entre as importações objeto de *dumping* e o dano à indústria doméstica.

29

O Ministério da Pesca e Aquicultura, órgão da administração pública federal direta, tem como área de competência a formulação e normatização da política nacional da aquicultura e da pesca e a promoção do desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva e da produção de alimentos.

Em relação ao tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Ministério da Pesca e Aquicultura tem como área de competência a concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e das seguintes modalidades de pesca – comercial, artesanal e industrial. As demais modalidades são de responsabilidade das Secretarias de Agricultura dos estados e do distrito federal.
- (B) É da competência do Ministério da Pesca e Aquicultura a administração de terminais pesqueiros públicos, de forma direta ou indireta.
- (C) O Pescador Amador que possui a licença na opção embarcado precisa de outra licença para pescar na opção desembarcado.
- (D) Para tirar a licença para a Pesca Amadora, opção Embarcada e Desembarcada o interessado deve se dirigir pessoalmente à Secretaria de Agricultura do seu estado ou do distrito federal.
- (E) Para obter/renovar a licença de pesca amadora, emitida pelas Secretarias de Agricultura das unidades da federação, com validade em todo território nacional, estão isentos de taxas os aposentados e os maiores de 65 anos se do sexo masculino e de 60 anos se do sexo feminino.

30

O MERCOSUL foi criado em 1991 pelo Tratado de Assunção, tendo como membros fundadores Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A União Europeia é uma união econômica e política de características únicas, constituída por 28 países europeus que, em conjunto, abarcam grande parte do continente europeu. Os blocos de países possuem características que podem afetar o comércio de produtos do agronegócio do Brasil.

Relacione os tipos de integração econômica a seguir a suas respectivas características.

1. Zona de livre comércio
 2. União aduaneira
 3. Mercado comum
 4. União Econômica
- () Há uma harmonia nas políticas econômicas entre os países membros, indo além da eliminação das restrições sobre o fluxo de mercadorias e dos fatores de produção.
 - () Restrições tarifárias e não-tarifárias são abolidas, mas cada país membro mantém suas políticas comerciais em relação aos países não membros.
 - () Há livre mobilidade de capital e de trabalhadores, com eliminação das restrições para o fluxo de mercadorias.
 - () Elimina as restrições para o livre fluxo de mercadorias e fixa uma política comercial comum com os países não membros, mas mantém as barreiras à transição de pessoas entre os territórios.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 1 – 2 – 4 – 3.
- (C) 4 – 1 – 3 – 2.
- (D) 2 – 1 – 4 – 3.
- (E) 3 – 2 – 1 – 4.

31

A Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País.

Para tanto, avalie se deverão ser observados os seguintes princípios:

- I. promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico das atividades menos desenvolvidas do país.
- II. promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos econômicos e financeiros para tal finalidade.
- III. descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada ente federado.
- IV. promoção da competição entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas.
- V. incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia.

Estão corretas as proposições

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I e V, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) III e V, apenas.
- (E) IV e V, apenas.

32

A Lei nº 12.188/2010 instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER).

Avalie se os princípios da PNATER incluem

- I. desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente.
- II. acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural apenas para os agricultores familiares do PRONAF sendo prevista gratuidade apenas para os produtores pré-selecionados pelo PNATER.
- III. atenção direta e pessoal, considerando as características dos produtores, abolindo metodologias participativas e com enfoque multidisciplinar.
- IV. adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.
- V. equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia.

Estão corretas apenas as proposições:

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, IV e V.
- (E) II, III e V.

33

A Lei nº 13.123/2015 dispõe sobre bens, direitos e obrigações relativos ao acesso ao patrimônio genético do País, bem de uso comum do povo encontrado em condições *in situ*, inclusive as espécies domesticadas e populações espontâneas, ou mantido em condições *ex situ*, desde que encontrado em condições *in situ* no território nacional, na plataforma continental, no mar territorial e na zona econômica exclusiva.

Em referência à esta lei assinale a proposição correta.

- (A) São protegidos por esta Lei os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético de populações indígenas, de comunidade tradicional ou de agricultor tradicional contra a utilização e exploração ilícita.
- (B) O acesso ao conhecimento tradicional associado de origem identificável está condicionado à obtenção do consentimento prévio informado que poderá ocorrer, a critério da população indígena, da comunidade tradicional ou do agricultor tradicional, exclusivamente por assinatura de termo de consentimento prévio.
- (C) A remessa para o exterior de amostra de patrimônio genético depende exclusivamente da autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN).
- (D) A repartição de benefícios decorrente da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado deverá ocorrer exclusivamente de forma monetária.
- (E) A concessão de direito de propriedade intelectual pelo órgão competente sobre produto acabado ou sobre material reprodutivo obtido a partir de acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado não fica condicionada ao cadastramento ou autorização desta lei.

34

A Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre os organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, tendo como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente.

Em relação a essa lei, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, é um órgão de assessoramento superior ao Ministro para a formulação e implementação da Política Nacional de Biossegurança (PNB).
- (B) A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), vinculada ao Presidente da República, prestar apoio técnico e de assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança de OGM e seus derivados.
- (C) Cabe ao Ministério da Saúde fiscalizar as atividades de pesquisa de OGM e seus derivados e ainda registrar e fiscalizar a liberação comercial de OGM e seus derivados.
- (D) Toda instituição que utilizar técnicas e métodos de engenharia genética ou realizar pesquisas com OGM e seus derivados deverá criar uma Comissão Interna de Biossegurança (CIBio), além de indicar um técnico principal responsável para cada projeto específico.
- (E) O Sistema de Informações em Biossegurança – SIB, órgão da Secretaria da Saúde, é destinado à gestão das informações decorrentes das atividades de análise, autorização, registro, monitoramento e acompanhamento das atividades que envolvam OGM e seus derivados.

35

A proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual referente a cultivar se efetua mediante a concessão de Certificado de Proteção de Cultivar, considerado bem móvel para todos os efeitos legais e única forma de proteção de cultivares e de direito que poderá obstar a livre utilização de plantas ou de suas partes de reprodução ou de multiplicação vegetativa, no País (Art. 2º da Lei nº 9.456/1997, Lei dos Cultivares).

Sobre a Lei dos Cultivares avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Ao introduzir inovações morfológicas bioquímicas e moleculares que permitam a diferenciação de um cultivar novo, um detentor de direitos se habilita como melhorista.
- () A cultivar homogênea é a que, utilizada em plantio, em escala comercial, apresente variabilidade mínima quanto aos descritores que a identifiquem, segundo critérios estabelecidos pelo órgão competente
- () Um cultivar estável é a que, reproduzida em escala comercial, mantenha a sua homogeneidade através de gerações sucessivas.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) V – F – F.
- (E) V – V – V.

36

O defeso é um período de paralisação temporária da pesca para preservação das espécies, motivado pela reprodução e/ou recrutamento, bem como por fenômenos naturais ou acidentais. Durante esse período, a pesca é proibida para garantir a sustentabilidade das espécies e a manutenção do ecossistema.

No Brasil, esse período é definido por meio de

- (A) atos normativos (portarias, instruções normativas) discutidos e publicados pelo órgão federal competente, atualmente o MAPA, definido por espécies a serem protegidas e sua área de ocorrência.
- (B) lei ordinária, votada pela câmara dos deputados federal, sob subsídio de órgãos competentes.
- (C) decreto presidencial, que define as áreas e os meses de defeso de cada espécie.
- (D) ato administrativo da Marinha Brasileira, no qual são definidos os detalhes relativos ao defeso.
- (E) portaria estadual na qual o órgão competente de cada unidade da federação define os critérios relativos ao defeso.

37

Considere as pesquisas voltadas para a produção de culturas transgênicas.

Avalie se podemos considerar como possíveis objetivos da concepção de culturas transgênicas:

- I. aumentar a resistência das plantas a pragas e doenças.
- II. desenvolver variedades que se adaptem a diferentes condições climáticas.
- III. melhorar a qualidade nutricional dos alimentos.
- IV. reduzir a necessidade de uso de agrotóxicos.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

38

O tratado internacional que estabelece medidas para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, incluindo a proteção de ecossistemas marinhos e costeiros, fundamentais para a sustentabilidade da pesca e da aquicultura é a(o)

- (A) Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS).
- (B) Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL).
- (C) Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos Danos Causados por Poluição por Hidrocarbonetos (CLC).
- (D) Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).
- (E) Tratado da Organização Marítima Internacional (IMO).

39

O uso de drones na agricultura tem se tornado cada vez mais comum e é considerado fundamental para a implementação de estratégias da agricultura moderna. O drone é um recurso-chave na Agricultura 4.0, facilitando a implantação das funcionalidades da Agricultura Digital.

A legislação específica que regulamenta o uso de drones para o propósito da aplicação de agrotóxicos e afins, adjuvantes, fertilizantes, inoculantes, corretivos e sementes no Brasil é a

- (A) Portaria nº 298, de 22 de setembro de 2021, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
- (B) Portaria nº 44, de 24 de março de 2020, do Ministério do Meio Ambiente.
- (C) Resolução 400, de 30 de setembro de 2022, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).
- (D) Portaria nº 663, de 20 de dezembro de 2021, da Casa Civil.
- (E) Portaria nº 12.283/SPO, de 24 de agosto de 2021, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

40

Várias entidades internacionais atuam sobre questões relativas à pesca e à aquicultura. Entre elas, a responsável por promover a conservação e o uso sustentável dos recursos pesqueiros em nível global, além de gerenciar acordos internacionais sobre pesca, é a(o)

- (A) Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).
- (B) Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).
- (C) Organização Mundial do Comércio (OMC).
- (D) Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (CESNU).
- (E) Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

41

O rompimento da barragem em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, foi um dos maiores desastres do gênero no Brasil. A barragem, de rejeitos de mineração, causou a morte de 272 pessoas, além de impactos ambientais significativos. A tragédia levantou questões sobre a segurança de barragens e a regulação ambiental.

Considerando esses fatos, a seguinte legislação foi alterada ou criada para impedir o uso de barragens do tipo em que ocorreu a tragédia:

- (A) A Política Nacional de Segurança de Barragens, alterada em 2020, que determina a proibição da construção ou o alteamento de barragem de mineração pelo método a montante.
- (B) O Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), reformulado em 2021, que alterou as normas para construção e descomissionamento de barragens a jusante.
- (C) A Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (Pnab), criada em 2020, que determinou alterações nas normas de construção das barragens pelo método a montante.
- (D) A Lei nº 13.540/2020, que estabelece a Política Nacional de Mineração e define diretrizes para a atividade minerária no país, inclui a gestão de rejeitos e as metodologias de construção de barragens.
- (E) A Lei nº 7.661/2021, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e estabelece diretrizes para a proteção do meio ambiente, incluindo as novas formas de descomissionamento de barragens.

42

Um agrônomo precisa decidir entre dois sistemas de irrigação aplicados a uma estufa de fruticultura. O produtor determinou a necessidade de um sistema que seja eficiente em termos de uso da água, devido à escassez local, e que, além disso, faça a aplicação de produtos químicos, numa fração do volume de solo explorado pelas raízes das plantas.

Entre as opções a seguir, o agrônomo deve escolher o sistema de irrigação por

- (A) sulcos.
- (B) gotejamento.
- (C) microaspersão.
- (D) pivô central.
- (E) fita perfurada.

43

A rastreabilidade de alimentos é um processo essencial que envolve a identificação e o registro de todas as etapas de produção, permitindo acompanhar o caminho percorrido pelos alimentos, desde sua origem até a chegada ao consumidor final. Esse sistema proporciona mais transparência e segurança à cadeia produtiva, permitindo detectar a origem e movimentação dos alimentos.

Entre as opções listadas a seguir, assinale o método mais eficaz para o registro e controle de insumos de uso agrícola e pecuário, levando em consideração a rastreabilidade e a segurança alimentar.

- (A) Sistema de gestão integrada com tecnologia de RFID.
- (B) Sistemas ERP com código de barras.
- (C) Sistemas de navegação GPS integrados no maquinário
- (D) Utilização de *softwares* de gestão agrícola com *blockchain*.
- (E) Controle por meio de etiquetas de identificação por radiofrequência (RFID) e sistemas de GPS.

44

A Internet das Coisas (IoT) tem sido amplamente utilizada na agricultura para melhorar a eficiência e a produtividade no campo. A IoT na agricultura pode contribuir para a redução de desperdícios, automação dos processos e monitoramento remoto, tornando a produção agrícola mais eficiente e rentável. Considere as seguintes ferramentas:

- I. Monitoramento e análise de dados históricos para previsão de safras.
- II. Rastreamento de rebanhos utilizando chips RFID.
- III. Controle automatizado de irrigação baseado em sensores.
- IV. Controle de drones para aplicação de defensivos agrícolas.

Podem ser considerados IoT's na agricultura

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

45

Em termos gerais, incentivos fiscais fazem parte do conjunto de políticas econômicas que visam a facilitar o aporte de capitais em uma determinada área por meio da cobrança de menos impostos ou mesmo de sua não cobrança. Em última análise esses incentivos visam aquecimento econômico.

A Lei Complementar nº 24/75 dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e dá outras providências.

A concessão e revogação dos incentivos e benefícios fiscais ocorre nas reuniões do Conselho Nacional e Política Fazendária (CONFAZ), em conformidade com a citada lei.

No que concerne à citada lei e às ações do CONFAZ, avalie as seguintes afirmativas.

- I. Os convênios serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, as quais se realizarão com a presença de representantes de quatro quintos, pelo menos, das Unidades da Federação. A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados.
- II. Haverá necessidade de convênio para a concessão de isenções, reduções da base de cálculo e concessões de créditos presumidos, mas não para benefícios financeiros concedidos com base no ICMS, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do ônus com o ICMS.
- III. A revogação total ou parcial dos convênios dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes na reunião do CONFAZ.
- IV. Mesmo as Unidades da Federação que não se tenham feito representar na reunião, embora regularmente convocadas, estão obrigadas pelos convênios ratificados.
- V. Os convênios entrarão em vigor no trigésimo dia após a publicação pelo Poder Executivo das Unidades da Federação presentes na reunião que concedeu o benefício de decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação tácita dos convênios a falta de manifestação no prazo previsto na legislação.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e V.
- (D) III e IV.
- (E) III e V.

46

Nos sistemas agrícolas convencionais, a monocultura é comum, mas na agroecologia a diversificação de culturas é favorecida. A diversificação envolve o cultivo de diversos tipos de culturas, como grãos, hortaliças, frutas, árvores e até mesmo a diversificação com animais, proporcionando benefícios como a facilitação do controle de pragas.

Outro benefício importante é a(o)

- (A) maior eficácia dos defensivos sintéticos.
- (B) diminuição na variedade de hospedeiros para insetos.
- (C) redução na incidência de infestação por pragas especializadas.
- (D) difusão na diversidade genética das pragas.
- (E) declínio de habitats favoráveis para predadores naturais das pragas.

47

Há um debate intenso acerca da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária no Brasil. Alguns pontos são pacificados pela legislação.

Em relação ao tema, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () São suscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, inclusive a pequena e média propriedade rural, ainda que seu proprietário não possua outra.
- () A observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores são requisitos a serem observados quanto ao cumprimento da função social da propriedade.
- () A própria carta magna, independentemente de lei, garante tratamento especial à propriedade produtiva e fixa normas para o cumprimento dos requisitos relativos à função social, bem como à utilização adequada dos recursos naturais disponíveis para a preservação do meio ambiente.
- () A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, a requisitos constitucionalmente impostos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V – V.
- (B) F – V – F – V.
- (C) V – V – V – F.
- (D) F – F – F – V.
- (E) V – F – V – F.

48

O retorno de embalagens de agrotóxicos é de extrema importância devido aos riscos ambientais e à saúde pública associados ao descarte inadequado.

No Brasil, o sistema de devolução é gerenciado pelo Inpev, que realiza a logística reversa das embalagens, permitindo sua reciclagem e evitando danos ao meio ambiente.

Considerando essa assertiva, assinale a opção que indica corretamente a legislação que traz a obrigação de logística reversa das embalagens por parte do fabricante.

- (A) A Lei nº 8.171/1991, que institui a Política Agrícola, estabelecendo diretrizes e instrumentos para o planejamento e execução da política agrícola e agrária.
- (B) Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
- (C) A Lei nº 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, alterando a Lei no 6.938/1981, estabelecendo o Programa de Regularização Ambiental (PRA).
- (D) A Lei nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, que estabelece as sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente.
- (E) A Lei nº 10.831/2003, que institui a Lei Orgânica da Agricultura Familiar e dispõe sobre a definição, os objetivos, a implementação e os instrumentos da política agrícola para a agricultura familiar.

49

Certificado de Registro Genealógico é um documento que atesta a origem e a pureza de animais de raça pura, como gado e cavalos.

Considerando o referido registro, são critérios básicos para a inclusão de um animal no registro genealógico

- (A) peso e tamanho.
- (B) verificação de registros sanitários e vacinações.
- (C) genealogia conhecida e conformação fenotípica padrão.
- (D) número de crias já geradas pelo animal.
- (E) local de nascimento e alimentação.

50

Barreiras não tarifárias são restrições comerciais que não envolvem tributação sobre a importação ou exportação de produtos. No setor agropecuário, as barreiras não tarifárias têm sido um obstáculo significativo para o comércio internacional de produtos agrícolas.

Considerando esse contexto, observe as seguintes restrições:

- I. regulamentações sanitárias e fitossanitárias;
- II. quotas de importação;
- III. requisitos de certificação e rotulagem;
- IV. subsídios agrícolas;
- V. tarifas de contingenciamento

São consideradas barreiras não tarifárias diretas ou indiretas

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II e V, apenas.
- (D) I, III e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

51

Várias instituições financeiras participam da política de crédito rural. Para atuar em crédito rural, a instituição financeira deve obter autorização do Banco Central do Brasil, cumprindo-lhe

- (A) comprovar a existência de setor especializado, representado por carteira de crédito rural, com estrutura, direção e regulamento próprio e com elementos capacitados.
- (B) manter serviços de assessoramento técnico em nível de carteira, à sua conta exclusiva ou terceirizando-o, visando à adequada administração do crédito rural, bem como assegurar a prestação de assistência técnica em nível de imóvel ou empresa, quando devida.
- (C) indicar uma carteira de clientes a quem será destinado o crédito rural.
- (D) no caso de cooperativa de crédito, apresentar setor especializado próprio da unidade, não sendo permitido arranjos institucionais com outras unidades.
- (E) protocolar o pedido de autorização para operar em crédito rural no Banco Central do Brasil, sendo a autorização automática para as cooperativas de crédito.

52

A Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002, é uma das normas que regem a proteção dos animais em rodeios no Brasil, juntamente com outras leis e regulamentos específicos. A lei define rodeio como *“atividade esportiva que consiste na montaria de animais, em especial de bovinos e equinos, com o objetivo de demonstrar a habilidade do competidor”* e estabelece que a realização de rodeios de animais deve obedecer às normas gerais.

Uma dessas normas estabelece que

- (A) o poder público municipal deve, a suas expensas, prover toda a infraestrutura completa para atendimento médico, com ambulância de plantão e equipe de primeiros socorros.
- (B) as cintas, as cilhas e as barrigueiras deverão ser confeccionadas em lã natural com dimensões adequadas para garantir o conforto dos animais.
- (C) o órgão federal competente deve, no caso de infração à legislação, aplicar a sanção de suspensão definitiva do rodeio.
- (D) as cordas utilizadas nas provas de laço deverão ser fabricadas com material não cortante, preferencialmente, de origem vegetal.
- (E) o Instituto Nacional do Seguro Social deve manter o seguro pessoal de vida e invalidez permanente ou temporária, em favor dos profissionais do rodeio, que incluem os peões de boiadeiro e os “madrinheiros”.

53

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) do Brasil, instituída pela Lei nº 9.433/97, estabelece diretrizes para a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos. Alguns pontos relevantes relacionados a essa política incluem o represamento, a outorga, a irrigação e a drenagem.

Considerando essa legislação, é correto afirmar que, independe de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento,

- (A) a extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final.
- (B) a derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final.
- (C) o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- (D) o lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, devidamente tratados.
- (E) a extração de água de aquífero subterrâneo para processo produtivo.

54

A defesa sanitária animal e vegetal é fundamental para a proteção da saúde e da economia no setor agropecuário. No Brasil, o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) atua como um conjunto de ações integradas para a vigilância e defesa sanitária vegetal e animal, incluindo o controle de atividades de saúde, sanidade, inspeção, fiscalização, e vigilância de animais, vegetais, insumos e produtos de origem animal e vegetal.

O órgão é responsável pela coordenação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) é

- (A) Ministério do Meio Ambiente.
- (B) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- (C) Secretaria de Agricultura de cada estado da federação.
- (D) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
- (E) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

55

Em 1963, foi fundada uma entidade que representa os trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares. Essa organização atua na defesa dos direitos e interesses desses trabalhadores, buscando a redemocratização do Brasil, a liberdade e autonomia sindical, a sustentabilidade do movimento sindical, além de questões como crédito e seguro agrícolas.

O texto se refere à seguinte organização:

- (A) Associação Nacional dos Trabalhadores Rurais (ANTRAR).
- (B) Sindicato dos Trabalhadores da agricultura brasileira (STRAGRI).
- (C) Central dos Trabalhadores do Campo (CTC).
- (D) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).
- (E) Central dos Agricultores Familiares (CAF).

56

A integração vertical na agroindústria é um modo de exploração agropecuária em que a agroindústria é a grande planejadora, estipulando o padrão de qualidade, a produção e a comercialização dos produtos agrícolas. Essa integração pode ser feita por meio de contratos agroindustriais, em que a agroindústria integradora fornece ao produtor integrado, pessoa física ou jurídica, os insumos necessários para a produção, além de assistência técnica e garantia de compra da produção.

Do ponto de vista da agroindústria, assinale a opção que pode ser considerada uma vantagem e uma consequência direta desse formato de relação com o produtor.

- (A) Melhoria das condições de vida e bem-estar nas comunidades rurais.
- (B) Acesso a mercados mais amplos e diversificados e aumento da produtividade.
- (C) Fortalecimento da capacidade de negociação dos produtores e melhoria do ambiente de negócios.
- (D) Melhoria da eficiência operacional e aumento da produtividade.
- (E) Redução dos custos de transação e melhoria da coordenação na cadeia de suprimentos.

57

A celulose é um polímero de cadeia longa composto por glicose, classificado como polissacarídeo ou carboidrato. Já a hemicelulose é um polissacarídeo encontrado em todas as plantas terrestres, que se liga às microfibrilas de celulose. Ambas as moléculas são de vital importância para a indústria que lida com produtos vegetais.

Em relação a essas moléculas, é correto afirmar que

- (A) ambas têm grau de polimerização semelhante.
- (B) a hemicelulose são polímeros facilmente hidrolisáveis, o que não ocorre com a celulose.
- (C) somente a celulose pode ser considerada um material lignocelulósicos.
- (D) a celulose é insolúvel em álcali, enquanto a hemicelulose é solúvel.
- (E) a hemicelulose é mais cristalina do que a celulose.

58

Os conflitos sociais no campo, presentes em diversas regiões, têm impactos significativos na dinâmica social e econômica. Problemas como reassentamento, limitação de acesso a zonas produtivas e insuficiente criação de emprego frustram as expectativas iniciais dos trabalhadores rurais, podendo gerar tensões e desafios para a sociedade.

Já a segurança alimentar é um direito fundamental de todos os cidadãos, garantindo o acesso permanente a alimentos seguros, em quantidade e qualidade adequadas. Ela envolve aspectos físicos, sociais e econômicos, e é essencial para a promoção da saúde e do bem-estar.

Considerando os conceitos de “conflitos sociais no campo” e de “segurança alimentar, é correto afirmar que

- (A) não há relação entre segurança alimentar e conflitos sociais no campo.
- (B) o conflito social no campo gera segurança alimentar, uma vez que a produção agrícola passa a ser mais concentrada.
- (C) conflitos sociais no campo podem impactar negativamente a segurança alimentar, afetando a produção e o acesso a alimentos.
- (D) os conflitos no campo são predominantemente conflitos familiares e/ou locais e não afetam a segurança alimentar em larga escala.
- (E) os conflitos podem resultar em perda de investimentos em infraestrutura agrícola gerando um impacto positivo na segurança alimentar, pois incentivam a inovação e o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas.

59

Na aquicultura, os peixes e camarões podem sofrer de diversas doenças, que podem causar perdas econômicas e comprometer a sustentabilidade do setor. As interrupções na produção, problemas de sustentabilidade e a pressão para reduzir o uso de antibióticos também contribuem para as perdas econômicas. Nesse contexto, considere as doenças:

- I. Ictiofitiríase
- II. Dactylogirose
- III. Doença de Newcastle
- IV. Maedi Visna (MV)

Das doenças elencadas, são frequentemente encontradas na aquicultura:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

60

A exportação de produtos de origem animal é regulamentada por diversas normas e procedimentos de controle. No Brasil, a exportação de produtos de origem animal está condicionada às atividades de fiscalização e inspeção, sendo o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, uma das principais legislações sobre o tema.

Considerando o arcabouço legal brasileiro, o órgão responsável por regular essa atividade é o(a)

- (A) Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).
- (B) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
- (C) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- (D) Ministério do Meio Ambiente (MMA).
- (E) Ministério das Relações Exteriores.

61

Os agrotóxicos organofosforados são uma classe de agrotóxicos amplamente utilizados na agricultura. Eles são compostos orgânicos altamente lipossolúveis e biodegradáveis, contendo várias combinações de carbono, hidrogênio, oxigênio, fósforo, enxofre e nitrogênio. Os agrotóxicos organofosforados estão na classe de agrotóxicos mais intensamente aplicados no Brasil, sendo utilizados no combate de doenças e pragas que prejudicam a produção agrícola. Contudo esse tipo de agrotóxico pode causar sérios danos à saúde em indivíduos expostos.

Assinale a opção que apresenta o principal impacto dos agrotóxicos organofosforados na saúde humana.

- (A) Bloqueio da síntese de ácidos graxos; pode levar a distúrbios metabólicos.
- (B) Interferência na divisão celular; pode causar mutações genéticas.
- (C) Desregulação da função dos neurotransmissores; pode levar a transtornos psiquiátricos.
- (D) Inibição da enzima acetilcolinesterase; pode resultar em intoxicação aguda.
- (E) Ativação do sistema imunológico; pode causar reações alérgicas graves.

62

A eletrificação renovável é uma tendência crescente na transição energética, que busca substituir fontes de energia fósseis por fontes renováveis. Essa é uma forma de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar os impactos das mudanças climáticas. Empresas e organizações têm investido em pesquisas e iniciativas relacionadas à eletrificação renovável, buscando promover a transição energética e acelerar a adoção de fontes de energia limpas e renováveis.

Considerando a tecnologia disponível, uma alternativa viável para um pequeno produtor rural, sem possibilidade de acesso à rede, devido a sua localização remota, para eletrificar de maneira renovável sua propriedade é o uso de

- (A) energia solar *on-grid*.
- (B) grandes centrais hidroelétricas.
- (C) geradores a óleo diesel.
- (D) energia solar *off-grid*.
- (E) turbinas eólicas de pelo menos 1 GW.

63

A conectividade rural 4G é uma iniciativa que visa a levar a internet de alta velocidade para áreas rurais, permitindo que os produtores rurais tenham acesso a tecnologias digitais e possam melhorar a eficiência e a produtividade de suas atividades. A internet 4G rural pode trazer diversos benefícios, como a possibilidade de monitorar remotamente as lavouras, controlar o uso de insumos, gerenciar a produção e a logística, além de permitir a comunicação em tempo real com fornecedores e clientes.

Considerando a conectividade rural 4G no Brasil, o fator considerado limitante para seu uso é o(a)

- (A) cobertura de rede.
- (B) interferência eletromagnética.
- (C) velocidade de transmissão.
- (D) alta latência.
- (E) alto consumo de energia.

64

As reservas extrativistas desempenham um papel fundamental na promoção da pesca sustentável, permitindo que as populações tradicionais pratiquem a pesca de forma a garantir a conservação dos recursos marinhos e a proteção de seus meios de vida. A pesca nessas áreas é regulamentada visando a sustentabilidade, e a gestão participativa é incentivada, permitindo que os pescadores adotem comportamentos de pesca mais sustentáveis.

Considerando esse contexto, as reservas extrativistas, *per se*, podem influenciar a organização social no setor pesqueiro

- (A) implementando sistemas de cogestão entre governo, comunidades pesqueiras e setor privado nas reservas extrativistas.
- (B) promovendo o intercâmbio de conhecimentos entre pescadores tradicionais e cientistas.
- (C) restringindo o acesso dos pescadores tradicionais às áreas de pesca.
- (D) garantindo a sustentabilidade da pesca artesanal e o manejo adequado dos recursos naturais.
- (E) estimulando a participação das mulheres nas atividades pesqueiras e na tomada de decisões comunitárias.

65

No contexto da economia, a eficiência alocativa é atingida quando a produção está no ponto onde o custo marginal é igual à utilidade marginal, resultando na maximização do excedente do consumidor. Sendo assim, a eficiência alocativa é um dos fatores que influenciam a produtividade e a competitividade do setor agrícola, sendo importante para a tomada de decisões e para a formulação de políticas públicas, como as subvenções econômicas.

Considerando as subvenções econômicas para agricultura, acerca do impacto esperado dessas na eficiência alocativa no setor agrícola, assinale a afirmativa correta.

- (A) Aumento da eficiência alocativa.
- (B) Redução da eficiência alocativa.
- (C) Sem qualquer impacto na eficiência alocativa.
- (D) O aumento da eficiência produtiva, mas não a eficiência alocativa.
- (E) A promoção da eficiência alocativa apenas em sistemas agrícolas de pequena escala.

66

O cooperativismo rural refere-se à união de produtores agropecuários em cooperativas, visando a ampliar sua competitividade e benefícios mútuos. As cooperativas rurais são criadas a partir da união de produtores agropecuários de atividades similares e/ou complementares, com o objetivo de ampliar sua exposição no mercado, negociar melhores condições para a compra de insumos e dar vazão mais facilmente à sua produção. Um princípio recorrente nas cooperativas rurais é a gestão democrática.

Um princípio fundamental do cooperativismo rural relacionado à gestão democrática reside no fato de que

- (A) cada membro possui apenas um voto, independentemente do volume de negócios gerado.
- (B) os membros mais antigos têm poder de decisão sobre os membros mais recentes.
- (C) o presidente da cooperativa detém poder de veto sobre todas as decisões.
- (D) os membros têm direito a votos com base na quantidade de membros da família que participam da cooperativa.
- (E) cada membro tem um número de votos proporcional à sua contribuição financeira.

67

Em se tratando de produtos agropecuários, a legislação muitas vezes aborda a questão das embalagens no contexto de agrotóxicos, ressaltando a importância da logística reversa para o descarte adequado desses materiais a fim de evitar impactos negativos na saúde humana e no meio ambiente.

A embalagem primária e a secundária desempenham um papel crucial na conservação, transporte e manuseio de produtos agropecuários, e sua correta gestão é fundamental para a sustentabilidade e segurança desses produtos.

A diferença fundamental entre a embalagem primária e a embalagem secundária de produtos agropecuários e agroindustriais reside no fato de que

- (A) a embalagem primária é descartada pelo consumidor após o uso, enquanto a embalagem secundária é reutilizável.
- (B) a embalagem primária é utilizada para proteger o produto contra danos físicos, enquanto a embalagem secundária é projetada para garantir a visibilidade do produto nas prateleiras.
- (C) a embalagem primária é responsável por proteger o produto contra contaminação microbiana, enquanto a embalagem secundária é projetada para facilitar o manuseio e a exposição do produto.
- (D) a embalagem primária é obrigatória por lei, enquanto a embalagem secundária é opcional.
- (E) a embalagem primária está em contato direto com os produtos, por exemplo, destinados à alimentação animal, enquanto a embalagem secundária é destinada a conter a(s) embalagem(ns) primária(s).

68

Desde o surgimento da tecnologia do DNA recombinante nos anos 70, diferentes sistemas de expressão heterólogos têm ganhado destaque na produção de proteínas, como células de mamíferos e insetos, plantas, fungos e microrganismos. Um microrganismo tem sido o destaque neste sistema uma vez que é a pioneira nos estudos de engenharia genética, o que possibilita manipulação genética simplificada, a existência de inúmeras cepas, vetores para clonagem e expressão e processos fermentativos bem adaptados. Dentre as vantagens do uso deste para a indústria podemos citar o crescimento rápido, alta produção das proteínas, facilidade de scale-up e meios de cultura baratos.

(Adaptado de UPEL. Bacterina recombinante: aspectos de biossegurança relacionados ao marcador de seleção antibiótico, 2019)

O texto se refere a um microrganismo frequentemente usado na engenharia genômica para produzir proteínas recombinantes de interesse comercial. Esse microrganismo é

- (A) *Escherichia coli*.
- (B) *Saccharomyces cerevisiae*.
- (C) *Arabidopsis thaliana*.
- (D) *Caenorhabditis elegans*.
- (E) *Drosophila melanogaster*.

69

Maria, Deputada Federal engajada com desenvolvimento da produção agrícola nacional, que entende ser imprescindível ao crescimento econômico e à busca pelo pleno emprego, ficou preocupada com notícias de que um grupo de parlamentares almejava alterar o montante dos recursos direcionados a programas de financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste.

Ao analisar a Constituição da República, de modo a identificar os limites a serem observados pelo legislador infraconstitucional em sua liberdade de conformação normativa, Maria concluiu corretamente que

- (A) a região Nordeste deve ser contemplada com metade dos recursos direcionados às três regiões.
- (B) em relação aos recursos direcionados à região Nordeste, a metade deve ser assegurada ao semiárido.
- (C) a União tem a faculdade de direcionar até 3% de parte da arrecadação com certos impostos à finalidade descrita.
- (D) cabe à lei complementar regulamentar a forma como os recursos serão direcionados aos programas de financiamento.
- (E) os recursos direcionados ao setor produtivo das três regiões não podem ser superiores àqueles direcionados às demais regiões, o que decorre da igualdade federativa.

70

Foi detectado pelo órgão competente da União que, em determinada região do país, existiam grandes faixas de terras pertencentes ao Poder Público, não afetadas a uma finalidade específica, mas que se encontravam irregularmente na posse de particulares. Em razão dessa constatação, foram iniciados debates em relação à possível vinculação dessas terras à política agrícola.

Considerando a sistemática constitucional afeta a essa temática, é correto afirmar que

- (A) a destinação dessas terras deve ser compatibilizada com a política agrícola.
- (B) somente terras devolutas, o que não é o caso, devem ser vinculadas à política agrícola.
- (C) essas terras, por determinação constitucional, já são destinadas ao assento de colonos.
- (D) terras dessa natureza devem ser direcionadas apenas à política nacional de reforma agrária.
- (E) somente após a desapropriação do domínio útil dessas terras é que serão direcionadas à política agrícola.

Realização

